

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

Decreto-Lei n.º 343/79

de 28 de Agosto

Considerando os objectivos de integração na segurança social de todos os trabalhadores não abrangidos por quaisquer esquemas de protecção social, permitiu-se, ao abrigo do despacho de 23 de Janeiro de 1975, que os trabalhadores ao serviço do Estado e de outras entidades públicas que não reunissem as condições de inscrição na Caixa Geral de Aposentações fossem enquadrados nas caixas sindicais de previdência;

Considerando, porém, que uma solução como a adoptada, pelo seu carácter facultativo, não veio resolver, em termos definitivos o problema daqueles trabalhadores;

Impõe-se assim que, com carácter de obrigatoriedade, se determine a inscrição no regime geral de previdência para todos os trabalhadores naquela situação;

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º São obrigatoriamente inscritos nas caixas sindicais de previdência todos os trabalhadores que, concorrendo com a sua actividade profissional para a satisfação de necessidades normais do Estado, institutos públicos, e autarquias locais, suas federações e uniões, zonas de turismo e demais pessoas colectivas de direito público, não reúnam as condições de inscrição na Caixa Geral de Aposentações.

Art. 2.º Os departamentos a que se reporta o artigo antecedente e os seus trabalhadores deverão contribuir para as referidas caixas nos termos do regime geral da previdência, o qual, a partir da entrada em vigor deste diploma, passa a aplicar-se-lhes.

Art. 3.º São competentes para a inscrição destes trabalhadores, nos diversos distritos, as respectivas caixas distritais e, em Lisboa e Porto, as respectivas caixas de previdência e abono de família dos serviços.

Art. 4.º As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos por despacho dos Ministros das Finanças e do Plano, da Administração Interna e dos Assuntos Sociais.

Art. 5.º Este diploma entra em vigor no início do mês seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 25 de Julho de 1979. — Carlos Alberto da Mota Pinto — Manuel Jacinto Nunes — António Gonçalves Ribeiro — Acácio Manuel Pereira Magro.

Promulgado em 9 de Agosto de 1979.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

XX

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Decreto-Lei n.º 344/79

de 28 de Agosto

A experiência decorrente da aplicação da disciplina actual de contratos de desenvolvimento justifica uma

revisão, que tem por objectivo proporcionar aos intervenientes — Administração, banca, empresas — um quadro legal melhor acomodado ao objectivo de produzir alojamentos em quantidade e qualidade e a preço acessível.

Circunscreveu-se a área de aplicação à construção de habitações porque os contratos para a produção de componentes têm a sua disciplina no Decreto-Lei n.º 718/74 e os contratos relativos a equipamentos colectivos melhor se enquadrarão quando se redefinirem as atribuições da Administração Central e das autarquias locais.

E concentrada a regulamentação na habitação, visa-se acelerar o processamento burocrático — que apressa a comercialização e contém os preços finais de venda; alarga-se à situação o regime de revisão de preços fixado para as empreitadas de obras públicas, porque mais conforme à natureza do contrato; afasta-se um mecanismo complicado e concorrencial da comercialização, entregando-se esta ao promotor, sob *contrôle* e fiscalização municipais, e estabelece-se, ainda, que aos adquirentes das habitações se aplica o regime de isenções previsto para as casas de renda limitada, criando-se, do mesmo passo, um novo instrumento de crédito à habitação.

A presente providência apresenta-se, deste modo, como um elemento positivo no conjunto das medidas de política habitacional.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Concelto)

1 — Os contratos de desenvolvimento para a habitação, adiante designados por «contratos de desenvolvimento», visam apoiar a indústria da construção civil, melhorar as condições e tecnologia da produção e a estrutura organizativa do sector, em ordem a aumentar a oferta de habitação, a preços controlados, nas zonas mais carenciadas.

2 — O contrato pode também compreender no seu objecto a construção de edifícios ou partes de edifícios não habitacionais, necessários a uma programação integrada no espaço urbano ou impostos por soluções arquitectónicas e construtivas.

3 — Poderão ser celebrados contratos-programa sempre que a dimensão do empreendimento e o volume do investimento o justifiquem, constituindo um conjunto de contratos de desenvolvimento temporalmente sucessivos e distintos.

ARTIGO 2.º

(Sujeitos do contrato)

1 — Os contratos de desenvolvimento serão celebrados entre o Fundo de Fomento da Habitação (FFH) e a Caixa Geral de Depósitos, ou a Companhia Geral do Crédito Predial Português, ou a Caixa Económica de Lisboa — Montepio Geral, e as empresas do sector público, cooperativo ou privado que se dediquem à construção civil com alvará adequado ao valor do contrato e à natureza da obra, em contrapartida de benefícios que se venham a estipular no contrato.